

As características sociais dos liberais vintistas e a sua afirmação política no processo liberal

Zília Osório de Castro

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação política dos liberais vintistas no processo de afirmação da liberdade individual e da propriedade privada. Para isso, serão analisados os discursos políticos dos liberais vintistas, bem como a sua atuação no Parlamento e no Poder Judiciário. A análise será feita a partir de uma perspectiva histórica, considerando o contexto social e político da época. O trabalho está dividido em três partes: a primeira trata da origem do liberalismo vintista; a segunda, da atuação política dos liberais vintistas; e a terceira, da afirmação da liberdade individual e da propriedade privada.

Os liberais vintistas foram uma das principais forças políticas da época, defendendo a liberdade individual e a propriedade privada. Eles atuaram no Parlamento e no Poder Judiciário, buscando a implementação das suas ideias. A sua atuação foi marcada por uma forte defesa da liberdade individual e da propriedade privada, bem como por uma crítica à intervenção estatal na economia. A sua atuação política foi fundamental para a afirmação da liberdade individual e da propriedade privada no Brasil.

Entender a revolução como uma ruptura com simultânea proposta de alternativa pressupõe mutação cultural e esta a emergência do suporte social adequado. Isto significa que qualquer revolução se define pelo seu suporte teórico e doutrinal, assim como pela sua base social de apoio. Coroa um processo evolutivo de ideias e de valores com incidências nos mais diversos aspectos da vida e da actividade humanas apoiados por quem os considera como seus. Se bem que a conjugação destes dois factores se afigure essencial para a vitória dessa revolução, outras condições se exigem para o sucesso. Não basta que ideias e valores sejam intelectualmente conhecidos. Importa que se tornem dinâmicos, isto é, que sejam invocados para informar comportamentos e atitudes. E importa ainda que este dinamismo seja compartilhado por número significativo de membros da sociedade e que encontre eco junto de quadrantes apreciáveis da população que acredita nas virtualidades da mudança. Numa palavra, a revolução agrega um elemento intelectual e um elemento social, distinguindo-se no primeiro a teoria e a doutrina, e no segundo os agentes activos e os agentes passivos. Faltando qualquer deles, haverá tumultos ou confrontos mais ou menos violentos, de vigência sempre efémera, significativos sem dúvida, mas sem reflectirem possibilidades de real alternativa ao existente.

Poder-se-á objectar que apresentar os elementos intelectual e social como fundantes da revolução trará uma interpretação minimalista da mesma, já que outros igualmente relevantes, ao serem ignorados ou esquecidos, condicionam negativamente a interpretação e, daí, a compreensão dos acontecimentos, nomeadamente dos acontecimentos revolucionários. E, neste sentido, seria de enunciar entre os mais relevantes, em primeiro lugar, o factor económico, depois as relações internacionais, o confronto político, as tensões sociais, as questões da educação, o peso da religião, etc., etc. Todos eles, porém, para além do seu significado próprio, exprimem o pensar e o agir do ser humano e, como tal, inscrevem-se na realidade intelectual e na realidade social historicamente consagrada. Ou seja, todo o pensar e todo o agir pertencem a cada um dos membros da humanidade enquanto tais, embora com especificidades próprias. Daqui que por si delimitem um universo que não conhece excepções.

Por seu lado, os mesmos elementos fundantes, embora de sinal diferente, estão presentes na contra-revolução e nas resistências à revolução. Desencadeado o movimento revolucionário, inevitavelmente a sociedade se divide *grosso modo* em duas partes: uma formada pelos adeptos do *status quo*, a outra congregando os partidários da mudança, sem exclusão de posições de compromisso de um lado e do outro. No caso do despontar da contemporaneidade, marcado pelas revoluções liberais, à sociedade politicamente coesa do Antigo Regime, sucedeu a sociedade dividida do liberalismo, que consagrou a diferença por via eleitoralista e fez dela o modo comum de estar e de fazer política. No momento da ruptura, a diferença coloca em campos adversos modos de pensar – ou seja – teorias e doutrinas divergentes – assim como os

respectivos partidários. Ela “cria”, digamos, uma sociedade intelectual e socialmente dividida. Ao grupo até então socialmente dominante, sucede um novo grupo em busca de domínio, sempre em tensão, não raras vezes violenta, com os elementos agora subalternizados do primeiro.

O extremismo desta leitura maniqueísta, se aplicado aos acontecimentos que em Portugal se iniciaram no Porto a 24 de Agosto de 1820 e cujas vicissitudes acompanharam o dealbar do século vinte, ignora a terceira via protagonizada por Edmund Burke¹ e valorizada por François Furet² ao referir-se aos reflexos da Revolução Francesa. O autor inglês, anti-revolucionário convicto, apresenta a história de Inglaterra como o caminhar da liberdade no tempo histórico. Como tal, diz não à ruptura, portanto, diz não à revolução. Esta significaria interromper um caminho que se pretendia continuado. Ao racionalismo atemporal dos franceses e à sua abstracção, contrapõe o racionalismo histórico, concreto, situado. À Europa dividida pela revolução e pela contra-revolução, associa a Europa das resistências à revolução, porque partidária de um outro liberalismo, do liberalismo anglo-saxónico.

Portugal sofreu o impacto do referido extremismo plasmado na amargura e na violência da guerra civil. E tem mantido praticamente na penumbra a possibilidade da existência de uma “terceira via” de cariz burkeano. Salvo raros estudos sobre a imprensa no exílio como os de João Pedro Rosa Ferreira³ e de José dos Santos Alves⁴, ou sobre o pensamento de personalidades como Trigoso de Aragão Morato, de Pedro Martins⁵, e do Conde do Funchal assinado por Adelaide Machado⁶, o estudo sistemático deste modo de pensar moderado, embora liberal, não tem colhido o interesse nem de autores, nem de leitores. Talvez, porque pertença à história dos vencidos, e sempre se tem escrito, prioritariamente, a história dos vencedores. Seja como for, depois da implantação do efémero regime liberal vintista, na sociedade portuguesa contrapunham-se intelectual e socialmente liberais e absolutistas, tal como na Europa dos

¹ Veja-se EDMUND BURKE, *Reflexions on Revolution in France*, Harmondsworth, Penguin Books, 1968.

² Veja-se FRANÇOIS FURET, “Burke ou la fin d’une seule histoire en l’Europe”, *Les résistances à la Révolution. Actes du Colloque de Rennes*, Paris, Editions Imago, 1986.

³ Veja-se JOÃO PEDRO ROSA FERREIRA, *O jornalismo na emigração*, Lisboa, INIC, 1992.

⁴ Veja-se JOSÉ DOS SANTOS ALVES, *Ideologia e política na imprensa do exílio. “O Português”, 1814-1826*, Lisboa, INIC, 1992.

⁵ Veja-se PEDRO MIGUEL PÁSCOA MARTINS, *Ideologia e temporalidade. As ideias políticas de Francisco Manuel Trigoso (1772-1833)*, Lisboa, 1995. Dissertação de Mestrado de História Cultural e Política, FCSH/UNL.

⁶ Veja-se ADELAIDE VIEIRA MACHADO, “Domingos António de Sousa Coutinho, 1.º Conde e Marquês do Funchal (1777-1838), *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1820-1823 e 1826-1828)*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, 2002, pp. 534-545; *Idem*, “Domingos António de Sousa Coutinho (1760-1833) – 1.º Conde e Marquês do Funchal. Pensamento e Acção”.

finais de setecentos, assim como se confrontava igualmente a fundamentação teórica laica da política, veiculada por aqueles e as bases teológicas essenciais destes últimos.

O mundo contemporâneo nascera, de facto, sob o signo da laicização. O ser humano desligara-se da sua situação de ser criado e afastara o elo que desde séculos o unira ao Criador. A política desligara-se da teologia e aliara-se ao direito antes de se tornar um conhecimento autónomo sob o ponto de vista epistemológico. A cultura, centrada na omnipresença da razão prescindira da ideia de Deus. Em suma, a mundividência laica tomou o lugar da mundividência teológica e trouxe um outro sentido ao mundo e à vida. O sentido da temporalidade ocupou o lugar, por vezes de forma absoluta, do significado da eternidade. O racionalismo e o cientismo substituíram os valores teológicos e religiosos. Nesta perspectiva, a contemporaneidade afigura-se inseparável do carácter laico das suas ideias e dos seus valores. Embora estes, no extremo, tendessem para a exclusividade e para o dogmatismo, não necessariamente se expressavam como tal, mas foram informando um modo de viver e de estar que pouco ou nada tinha a ver nem com os ensinamentos tradicionais da Igreja Católica, nem com a doutrina ensinada por Cristo.

A perspectiva dual da cultura e da sociedade, acima referida, tomava agora forma e iniciava o seu processo de efectivação. Tendo tido origem em Portugal com o vintismo iria encontrar a máxima expressividade com a 1.ª República. Neste aspecto, lembre-se, por exemplo, por um lado, a presença de um número apreciável de altos dignitários da Igreja, nomeadamente bispos, na assembleia constituinte vintista e a sua total ausência em 1910-1911. Recorde-se ainda o peso da Igreja e da Religião Católicas na Constituição de 1822, e o carácter laico da Constituição Republicana, além da promulgação da lei da Separação das Igrejas e do Estado, aliada a outros documentos significativos da política laica do governo republicano, como a Lei do Registo Civil, a Lei do Divórcio, a extinção das Ordens Religiosas, para não falar da verdadeira perseguição de que muitos dos seus membros foram alvo. A política de vinte pautou-se, pela inclusão de elementos religiosos e eclesiais nos princípios teóricos que a definiam, enquanto a república se orientou pela exclusão. Neste sentido, a 1.ª República coroou o processo liberal de laicização, com antecedentes na política secularizadora do pombalismo.

A teoria política quando se afastou da teologia, encontrou lugar junto dos juristas. E iria ser no âmbito do Direito Natural Moderno que iria encontrar as suas bases fundamentadoras. Daí que deixaram de ser os teólogos a enunciar os seus princípios essenciais, para serem os juristas a fazê-lo. A partir daqui a *respublica* explicava-se por um acto de razão e de vontade dos seres humanos desejosos de estabelecer relações duráveis e pacíficas entre si e não mais teria de recorrer à acção de Deus ao criar a pessoa como um ser social, isto é, com possibilidades

várias de se relacionar com os outros a partir dessa característica essencial. E, mais uma vez, a vertente cultural, intelectual, e a vertente social participaram conjuntamente desta mutação. Os princípios laicos do Direito Natural Moderno prescindiam da intervenção de Deus – existiam mesmo que Deus não existisse – e pela via do direito conferiam à política a cientificidade a que se julgava ter jus. Por seu lado, seriam os juristas a ter a primazia na definição dos princípios essenciais da política e, daí, na sua prática. A mutação ascende ao consulado pombalino e terá sido Pombal o promotor da ruptura cultural que, pela via da secularização, preparou o ponto de chegada da laicização e, com ele, o prestígio dos juristas. Isto é, iniciada sob os auspícios do absolutismo esclarecido de Pombal e consolidada pela monarquia constitucional viria a atingir a plenitude com a 1ª República. Poder-se-á perguntar se o prestígio político dos juristas teria seguido o mesmo caminho. Se é certo que ele se fez a expensas do recuo dos teólogos e dos homens da Igreja Católica, o afastamento destes pelo governo republicano reforçou-o até ao dia em que o positivismo das ciências duras e da tecnologia se veio sobrepor ao positivismo jurídico, e que os cientistas e técnicos viessem, por sua vez, ocupar o seu lugar já num diferente contexto teórico. Hoje em dia seria impensável contar com um bispo entre os deputados da Assembleia da República e os juristas não mais são ali a maioria...

Repensando o cerne desta reflexão e estando ciente dos reflexos intelectuais e sociais da laicização, enquanto expoente de contemporaneidade, a atenção recai sobre a ideia de liberdade. A liberdade enquanto ideal supremo da vida humana decorre da essência racional da sua natureza. Todos os homens nascem livres e iguais, proclama a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. E se é certo que o liberalismo condicionou à lei a ideia de igualdade, não é menos certo que a liberdade se tornou o ideal por excelência da contemporaneidade. Ideal laico que em termos culturais e políticos se tornou omnipresente. Saliente-se que a santidade dominou o sentido da vida dos seres humanos desde que o cristianismo enformou o modo de pensar da *intelligenza* ocidental. Se bem que o Ministro de D. José, apesar da sua aproximação ao Direito Natural Moderno, não tivesse sido sensível à ideia de liberdade por razões essenciais do absolutismo esclarecido, abriu-lhe teoricamente as portas ao exaltar a razão. E seria o liberalismo, neste caso o vintismo, a dar-lhe pela primeira vez expressividade política em Portugal. Como se sabe, aqui, nenhum dos textos constitucionais do liberalismo, se viu precedido, como condição prévia de legitimidade, de qualquer *Declaração de Direitos*. Os direitos do homem e do cidadão, nas suas diversas expressões, foram incluídos pelos respectivos autores, no articulado do texto que elaboravam. O seu sentido constitucional prevalecia, deste modo, sobre o sentido natural.

Assim acontecia com o direito à liberdade na Constituição de 22. Mas mais do que isso. Ele foi ali definido em termos jurídicos. Lê-se no art. 2 do Título I, intitulado *Dos direitos e*

deveres individuais dos portugueses: “A liberdade consiste em não sermos obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exacta observância das leis”⁷. Se se consultar a Constituição de 1911, no Título III, denominado *Dos direitos e garantias individuais*, encontra-se o seguinte enunciado: “A Constituição garante a portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: 1.º ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”⁸. Embora de modo diferente, também aqui a liberdade se apresenta em termos de direito legalmente regulado, o que mais uma vez aponta para a intervenção judicial e, portanto, para a função política do Direito e de quem exerce a magistratura jurídica.

Não há dúvida que a *Declaração* aprovada em França a 26 de Agosto de 1789 apontava também um pouco neste sentido ao enunciar que os “limites” ao “gozo dos direitos naturais de cada homem”, “apenas podem ser determinados pela lei”. No entanto, precedia esta afirmação a definição de liberdade que, segundo o autor, “consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que assegurem aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos”. Sendo assim, sem negar a inevitabilidade da legislação e a autoridade de quem a elaborasse, responsabilizava cada ser humano pelo exercício da sua liberdade. Em qualquer destes exemplos, a liberdade enquanto atributo essencial dos seres humanos era considerada como um valor laico e os responsáveis pelo seu correcto exercício dentro dos limites impostos pela vida social exerciam um poder laico, tanto mais que eles próprios, nas suas funções, nada tinham a ver com o munus espiritual da qualquer Igreja. Presente neste modo de pensar estava não só a laicização dos valores sociais, como também das autoridades políticas, ou no caso vertente, das autoridades jurídico-políticas.

Depois do exposto, parece fora de dúvida que os regimes liberais e, no caso de Portugal, o vintismo, constituem os primeiros expoentes de contemporaneidade política e de laicização sócio-cultural. Resta analisar qual o espaço ocupado pela magistratura laica no espaço por excelência do estado contemporâneo: a assembleia legislativa, tanto na sua feição ordinária, como extraordinária e constituinte. Qual o peso dos homens de leis entre a totalidade dos deputados? Qual o lugar ainda ocupado pelas ordens privilegiadas, clero e nobreza? Tendo

⁷ “Constituição Política da Monarquia Portuguesa, decretada pelas Cortes Geraes Extraordinárias e Constituintes, Reunidas Em Lisboa no anno de 1821”, JORGE MIRANDA, *Antigas Constituições Portuguesas*, Lisboa, 1975, p. 16. Separata Do “Boletim do Ministério da Justiça, n.º 234 a 240, 243 e 244.

⁸ “Constituição de 21 de Agosto de 1911, *Idem*, *ibidem*, 236.

em conta que o 24 de Agosto contou com o apoio efectivo do exército, até que ponto os militares reivindicaram ou alcançaram lugar nas Cortes? Havia na sociedade portuguesa coeva grupos politicamente emergentes pela sua formação intelectual inovadora, entendendo-se como tais os que beneficiaram de conhecimentos em áreas científicas iniciadas, reestruturadas ou promovidas pela Reforma da Universidade de 1772? Como evoluiu a chamada classe política vintista, nas suas especificidades? Detectam-se ou não alterações significativas entre as primeiras assembleias da monarquia constitucional e a primeira legislatura republicana, e entre aquelas entre si? Da análise exaustiva das componentes sociais de cada uma resultaria uma leitura significativa e rica de consequências dos sucessos parlamentares liberais desde 1821 até ao Estado Novo. A complexidade e a extensão desta abordagem ultrapassariam em muito os limites desta comunicação que vale, nesta perspectiva, como uma sondagem exploratória, com as condicionantes e os limites que lhe são próprios. Em todo o caso constitui um primeiro passo cujas virtualidades não deixam de ser aliciantes.

Pretende-se analisar aqui com aqueles múltiplos intuitos as três primeiras assembleias da monarquia constitucional – Constituintes de 21/22; Ordinárias de 22/23; Cartistas de 26/28; e a republicana da 1ª legislatura. Politicamente todas tiveram significado específico. Mas considerava-se importante verificar se a componente social se alterara ao longo de quase um século de vigência do regime constitucional parlamentar. Procurou-se para isso desenhar uma panorâmica tão completa quanto possível de todos os eleitos e, por isso, não se contemplou a distinção entre proprietários e substitutos. Além disso, optou-se por excluir os brasileiros, já que a sua presença não tinha tido continuidade em território português. Vindos de fora teriam de ter tratamento à parte, sob pena de alterarem os dados referentes aos metropolitanos, o que não se justificava pela razão acabada de aduzir. Por razões idênticas, embora de sinal contrário, incluíram-se os deputados eleitos por Angola, Cabo Verde, Açores, Madeira e Goa. Pretendendo determinar as características sociais dos liberais vintistas para servir de termo de comparação, privilegiaram-se dois dos dados conhecidos dos deputados que integraram a assembleia constituinte de 21/22. Um dizia respeito à formação intelectual do deputado e a outra incidiu sobre a sua inserção social. Com base no primeiro critério, detectaram-se cinco grandes áreas de interesse e de actividade, a saber: leis, medicina, matemática, carreira das armas, vocação eclesiástica, além de outras residuais, como as decorrentes da menção de proprietário, de homem de negócio, de formação filosófica. Tendo optado por denominar inserção social a participação na vida pública, distinguiram-se os deputados de primeira, de segunda ou de terceira geração, segundo haviam sido eles, os pais ou os avós a desempenharem actividades públicas dependentes de formação específica.

Conhecidos os deputados à assembleia constituinte de 1821, verificou-se que a primazia da sua formação intelectual se situava nos cursos jurídicos, isto é, nos cursos de leis e de cânones, visto que atingiam 55% dos deputados eleitos. Tanto o curso de Leis como o de Cânones davam acesso à Leitura de Bacharéis, e esta ao provimento para os Lugares de Letras. Na sua sequência os novos graduados eram geralmente nomeados como juizes de fora por três anos. Cumpridos estes podiam solicitar mudança para outras localidades ou permanecerem na mesma pelo menos para outro triénio. Prosseguindo na carreira da magistratura iniciada desse modo, acediam ao lugar de provedor, de corregedor, de desembargador do Tribunal da Relação e, enfim, chegavam à Casa da Suplicação. Grande parte dos graduados em leis escolhiam a carreira de magistrados e seguiam este percurso, enquanto um menor número optava pela advocacia, conjugada por vezes com a magistratura.

Embora ao tempo da reunião das Cortes Vintistas estes deputados já tivessem ultrapassado o período em que haviam servido como juizes de fora, ignorar esta situação significaria minimizar a importância de uma verdadeira rede de influência que se estendia de norte a sul do país. Os juizes de fora eram por inerência membros do senado camarário e, em ocasiões excepcionais, ocupavam mesmo a presidência. Além disso, embora não pertencessem à comunidade local, a sua permanência mais ou menos longa, favorecia o relacionamento e daí uma eventual influência cultural junto das populações locais. Se bem que este aspecto não tenha sido geralmente objecto de estudo, há casos conhecidos em que o juiz de fora, por intermédio de posturas, orientava os habitantes sob a sua alçada provisória, quanto às atitudes e opções a tomar. Isto aconteceu com uma certa frequência durante as Invasões francesas e hipoteticamente noutras situações de crise. Fosse como fosse, não serão de minimizar os reflexos culturais da presença dos juizes de fora junto das comunidades da província que, com a sua juventude, conhecimentos recentemente adquiridos e cultura universitária, poderiam contribuir para o alargamento dos horizontes não raras vezes restritos das sociedades da província.

Bem significativo nestas Constituintes, embora bastante inferior é o número de deputados que haviam seguido a carreira militar ou se declararam oficiais de milícias. Alguns eram proprietários, outros bacharéis em matemática e havia também quem, entre eles, se interessasse por filosofia. A estes juntavam-se os poucos que haviam frequentado a Academia Real de Marinha e a Academia Real de Fortificação e Desenho. Ao todo contavam-se por 13% da totalidade dos eleitos, privilegiando de forma aleatória na contagem a sua condição de militares e não qualquer outra formação. A estes seguiam-se quanto ao número de eleitos, os eclesiásticos. Eram cerca de 9%. Entre estes contavam-se diversos graus hierárquicos, que iam desde o bispo ao simples pároco ou abade. Representam resquícios da antiga intervenção

política, mas a sua presença demonstra sobretudo que gozavam de prestígio social e intelectual junto do eleitorado. Percentagens menores couberam aos médicos e aos matemáticos – 6% – unindo em reconhecimento do seu valor os graduados de uma das mais antigas faculdades – medicina – com uma das mais recentes – matemática. Embora qualquer dos eleitos pudesse ser proprietário, apenas um se identificou simplesmente como tal, enquanto também só dois se assumiam como homens de negócios e outros tantos como bacharéis em filosofia.

Em suma, os deputados constituintes eleitos eram sobretudo homens de leis. Seguiam-se os militares e os eclesiásticos que ocupavam respectivamente a segunda e a terceira posições. Médicos e matemáticos representavam uma promessa de futuro. Quanto ao índice geracional, a primeira e a segunda geração estavam numericamente equilibradas, enquanto a terceira ocupava um lugar um pouco inferior. Em todo o caso, somando os deputados pertencentes à segunda e terceira geração, não seria de minimizar a presença na sociedade portuguesa de uma elite significativa, com uma certa relevância social e de adesão ao liberalismo.

Passando ao conhecimento dos eleitos em Dezembro de 1822 para deputados às Cortes Ordinárias, de imediato saltam à vista dois aspectos. Primeiro – os deputados distribuem-se pelos mesmos cinco grupos quanto à formação intelectual (leis, medicina, matemática, carreira das armas, vocação eclesiástica). Embora diminuísse o número de eleitos em cada grupo, estes, quase sem excepção, continuavam totalmente identificáveis. O segundo ponto a assinalar é mais uma vez a supremacia dos homens de leis agora acrescida, pois conta com 60% da totalidade de eleitos. Seguem-se os membros do exército e do estado eclesiástico, ambos contando 10% do total dos votados. Este resultado representava acentuada redução do efectivos do exército, enquanto o clero via ligeiramente melhorada a sua situação face às percentagens das Constituintes. Por sua vez os médicos e os matemáticos viram piorar a sua posição. As anteriores percentagens de 6% baixaram para 3% e 4%, respectivamente. Votos dispersos elegeram dois proprietários, três licenciados em filosofia, um escritor, um comerciante, num conjunto que se afigura nada significativo, para além de representar uma constante, embora diminuta, em certos tipos de formação ou de actividade.

Resumindo. Os homens de leis continuavam a constituir o grupo político dominante, congregado agora com um maior número de eclesiásticos, o que poderá significar uma certa retoma da influência destes últimos. Quanto aos militares, tudo indica que terminada a revolução, perdida estava parte significativa da sua influência. Por seu lado o índice geracional manteve-se idêntico relativamente à segunda e terceira geração, mas apresentava acentuado crescimento na primeira, parecendo apontar para a promoção política de uma geração que estaria agora a manifestar-se pelos seus próprios talentos e que estaria activamente empenhada na causa pública.

Com as Cortes cartistas o panorama não se alterou substancialmente, excepto para os matemáticos que se viram agora reduzidos a dois. Os homens de leis continuaram a predominar, embora com uma quebra pouco significativa – de 60% na assembleia anterior passaram para 59%. Os eclesiásticos com 6,7% baixaram para um nível inferior relativamente às duas percentagens anteriores (9% e 10%). Os médicos mantiveram os 2,5% habituais. Entre os residuais aparecem dois homens de negócios, um proprietário, um graduado em filosofia e um diplomata.

De assinalar nestas eleições, quanto à formação intelectual, a perda de influência política do clero, que viu baixar acentuadamente a sua participação, situação para já inexplicável. Sob o ponto de vista da função social dos deputados, constitucionais, ordinários e cartistas formavam universo em que as diferenças primam por ser pouco significativas e em que os núcleos congregando formações intelectuais específicas permaneceram sem alterações e em que as relações entre eles em termos percentuais se mantiveram.

A implantação da República evidenciou alterações substanciais relativamente a este quadro. É evidente que sem os dados intermédios entre os resultados das primeiras eleições depois de terminada a guerra civil e as que se seguiram ao 5 de Outubro, torna-se impossível perspectivar as hipotéticas fases de evolução social. No entanto, essas alterações não deixam de ser significativas, pois tornam claro que sob um mesmo regime a sociedade mudou e a política vigente deixou de responder ao que de diferente as mudanças trouxeram. Apesar dos princípios em que a República fundamentava a sua teoria do poder e do estado filiarem o regime no liberalismo oitocentista, o mundo a que se aplicavam era outro e os cidadãos também. Os duzentos e sessenta e dois deputados eleitos em 1911 reflectem mudanças sociais consideráveis. Os homens de leis mantêm a supremacia tradicional, mas em termos percentuais defrontam-se com uma outra força política – a dos médicos. São estes que substituem o prestígio dos eclesiásticos nas primeiras legislativas liberais, com um impacto que desafia “perigosamente” os juristas. O mesmo acontece com o exército que, aliado à marinha – também ela uma nova força – estabelece um equilíbrio praticamente equidistante com as forças acima referidas (63 homens de leis, 59 médicos e 60 militares e homens da Marinha). Apesar do momento que se vivia, foram eleitos três deputados formados em Teologia e mais dois eclesiásticos activos. De salientar ainda a emergência sócio-política de licenciados em novos cursos superiores como engenharia (6), farmácia (6), agronomia (3), química (1), Letras (7), sendo este último o mais saliente pelo número de deputados eleitos. Uma outra novidade traduz-se na eleição de deputados fora dos grupos tradicionais. Assiste-se, assim, à presença no hemiciclo de jornalistas (9), solicitadores (4), contabilistas (2), funcionários públicos (4), professores primários e liceais (6), todos eleitos em 1911. Na mesma ocasião o mundo operário não ficou esquecido. Um torneiro mecânico, um operário, um barbeiro receberam os votos de quem acreditava nas suas capacidades de tribunos.



As características sociais dos liberais vintistas, partilhadas pelos primeiros cartistas, reflectiam a essência do ser humano, a constituição da sociedade e a concepção de Estado que, em termos do poder e do seu exercício, ditaram a ruptura com o Antigo Regime. Mas não só. Encarnaram simultaneamente um dinamismo que se traduziu mais tarde na ruptura com o regime vigente – a monarquia constitucional – e na implantação de um outro – a república. Mas que, ao mesmo tempo, foi perdendo as suas bases sociais de apoio, anuladas ou conjugadas por outras, ditadas por novas formas de ser e de estar, ou seja, por uma outra mundividência que levaria a potencial laicização liberal a desembocar na real laicização positivista do republicanismo não liberal. Tudo o que une e separa a formação intelectual e a inserção social dos primeiros deputados liberais e dos primeiros deputados republicanos trespassa afinal do conhecimento concertado do que eles foram, e como se manifestaram no contexto em que, como cidadãos, foram convidados a intervir para o bem da causa pública. Como acima se referiu, o novo e o antigo transparecem das suas características intelectuais e da sua inserção social, contribuindo como um factor entre outros para um mais completo conhecimento da realidade em que estiveram inseridos e do processo político em que tomaram parte.

Lisboa, Outubro de 2006.



Bibliografia

Dicionário do Vintismo e do 1.º Cartismo, dir. Zília Osório de Castro, Porto, Afrontamento, 2002, 2 vols.

Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910), dir. Maria Filomena Mónica, Lisboa, JCS, 2004-2006, 3 vols.

Dicionário Biográfico Parlamentar da 1ª República, dir. de A. H. Oliveira Marques, Lisboa, 2000, 1 vol.